

POVO LIVRE

PORTUGAL VAI REFORÇAR INVESTIMENTO EM DEFESA

Luís Montenegro recebeu e almoçou com o secretário-geral da NATO,
Mark Rutte, na Residência Oficial em São Bento, Lisboa

08 PARLAMENTO EUROPEU

LÍDIA PEREIRA DESTACA NECESSIDADE DE AÇÃO CLIMÁTICA URGENTE

Durante o debate do Parlamento Europeu sobre o tema "Recorde de calor em 2024: necessidade de uma ação climática para combater o aquecimento global", a euro-deputada do PSD enfatizou a urgência de se enfrentar os impactos das alterações climáticas

15 LOCAIS

GNR REFORÇA MEIOS NO CONCELHO DE AZAMBUJA

A Comissão Política do PSD/Azambuja congratula-se com o recente reforço de meios do Posto Territorial da GNR de Azambuja e do Posto Territorial da GNR de Aveiras de Cima

16 REGIONAIS

PROJETO ESPACIAL NOS AÇORES SÓ AVANÇOU POR AÇÃO DE JOSÉ MANUEL BOLIEIRO

Carlos Rodrigues, deputado do PSD/Açores, afirmou que o projeto espacial na ilha de Santa Maria só avançou graças à ação do Presidente do Governo Regional

DA DIGNIDADE - OU FALTA DELA

Infelizmente, as cenas burlescas a que temos assistido, por estes dias, no Parlamento não são condicentes com esta visão. É certo que só classificam quem as pratica, mas convém ter presente o efeito corrosivo que têm nos laços de confiança e respeito que devem existir entre os cidadãos e os seus representantes – e nos alicerces da própria Democracia.

EMÍLIA SANTOS

Diretora do Povo Livre



Permitam-me invocar a minha experiência de Deputada da República para confessar o sentimento de vergonha alheia que, nos últimos dias, me sobressaltou.

Tal como todos os meus companheiros que estiveram e estão no Parlamento – e, acredito, a grande maioria dos demais deputados –, considero o exercício das funções de Deputado da República como uma das mais elevadas honras que se pode assumir no serviço público. A confiança que é depositada pelos cidadãos exige o respeito escrupuloso por um quadro de princípios éticos sólidos, que garantam a integridade e a respeitabilidade no exercício das suas funções.

Um deputado deve agir com transparência, sempre disponível para prestar contas das suas ações aos eleitores; ser honesto e responsável no trabalho em prol do bem comum, inquestionavelmente consciente do compromisso social que lhe subjaz; e, não menos importante, deve primar pela dignidade no exercício do seu mandato, respeitando os colegas, os adversários, as instituições democráticas e o povo.

Quando assim é, dá-se um contributo valiosíssimo à Democracia, ao debate

saudável de ideias e propostas conducente à construção de um futuro coletivo mais harmonioso, justo e desenvolvido.

Infelizmente, as cenas burlescas a que temos assistido, por estes dias, no Parlamento não são condicentes com esta visão. É certo que só classificam quem as pratica, mas convém ter presente o efeito corrosivo que têm nos laços de confiança e respeito que devem existir entre os cidadãos e os seus representantes – e nos alicerces da própria Democracia.

Mas há outro episódio político relevante que merece especial atenção: o despedimento de cinco trabalhadoras do Bloco de Esquerda que estavam em licença de amamentação.

Para um partido que se afirma como um dos maiores defensores de legislação laboral para grávidas, puérperas e lactantes, este caso revela uma incoerência total e, mais significativo, um profundo desrespeito para com os direitos de todas as mulheres. Como em muitos outros temas, também neste o Bloco de Esquerda demonstrou não merecer a confiança das pessoas, incluindo os seus eleitores.



PORTUGAL ESTÁ DE
“PORTAS SEMPRE ABERTAS”
PARA UCRANIANOS
QUE FOGEM DA GUERRA

O Primeiro-Ministro afirmou que o país tem sempre as portas abertas para os ucranianos e defendeu que o alargamento do regime de proteção temporária, discutido hoje no parlamento, é mais uma prova do compromisso português com a Ucrânia.



Luís Montenegro recebeu, no dia 23 de janeiro, representantes da comunidade ucraniana em Portugal, na sua residência oficial em São Bento (Lisboa) no dia em que será discutida no parlamento uma proposta de lei do Governo para garantir a continuidade da proteção em Portugal das pessoas deslocadas da Ucrânia.

Numa declaração após o encontro, garantiu, ao lado da embaixadora da Ucrânia em Portugal, Maryna Mykhalenko, que o país tem as “portas sempre abertas para os ucranianos que virem em Portugal um horizonte de esperança” e queiram ajudar com a “o seu conhecimento e força de trabalho”.

O chefe de Governo disse ver uma “certa química de relacionamento entre os portugueses e os ucranianos” e garantiu que Portugal continuará a materializar os princípios de cooperação entre os dois países, sen-

do o diploma votado esta tarde um exemplo desse apoio.

O Primeiro-Ministro salientou ainda o que disse ser um extraordinário “nível de integração” dos ucranianos em Portugal que, acrescentou, “não é apenas o reflexo deste último movimento de acolhimento pós invasão do território ucraniano” e “vem já de trás de outros fluxos migratórios que antecederam e estão muito bem presentes na memória de todos nós”.

“Eu próprio tenho pessoas amigas que vieram da Ucrânia no final dos anos 1990, no início deste século, que aqui se estabeleceram, que têm aqui hoje as suas famílias, as suas bases, não perderam a ligação com a Ucrânia, mas são verdadeiramente novos portugueses e é assim que nós os consideramos e é assim que também olhamos para vós”, acrescentou.

Luís Montenegro disse que vieram já, desde o início da guerra, cerca de



54 mil ucranianos para Portugal ao abrigo do regime de proteção temporária que será agora prolongado, pelo menos, até março de 2026, em linha com as decisões do Conselho da União Europeia e reiterou que o país não é neutro nesta guerra que disse ser *"injustificada e injusta"*.

"Somos parte desta guerra e estaremos ao lado da Ucrânia para minimizar os efeitos que ela traz e ao mesmo tempo para colaborar no sentido de alcançarmos o mais rápido que for possível a paz", concluiu.

A embaixadora da Ucrânia agradeceu o apoio português no acolhimento de ucranianos que fugiram da guerra e sublinhou que 2025 pode ser um ano *"decisivo para a Ucrânia e para o futuro de toda a Europa"*.

Em junho do ano passado, o Conselho decidiu prorrogar até 4 de março de 2026 a proteção temporária aos mais de 4 milhões de cidadãos ucranianos que fugiram da guerra de agressão da Rússia. O diploma

levado a discussão no Parlamento, em concordância com essa decisão, pretende alargar o período de duração máxima de proteção temporária de pessoas deslocadas de países terceiros, que tem sido aplicado aos cidadãos que fugiram da guerra na Ucrânia após a invasão

russa do território ucraniano. A versão atual da lei prevê que a proteção temporária tem a duração de um ano, podendo ser automaticamente prorrogada por períodos de seis meses, até ao limite máximo de um ano.



A photograph of two men in blue suits shaking hands. The man on the left is wearing glasses and a dark tie, while the man on the right is wearing a patterned tie. They are standing in front of a dark doorway with a white wall to the right.

PORTUGAL VAI REFORÇAR

INVESTIMENTO EM DEFESA

O Primeiro-Ministro português assumiu, ao lado do secretário-geral da NATO, que o compromisso do Governo em reforçar o seu investimento em Defesa vai concretizar-se sem “colocar minimamente em causa o equilíbrio financeiro” ou o Estado social.

Luís Montenegro falava no final de um almoço de trabalho com o secretário-geral da NATO, Mark Rutte, na residência oficial em São Bento, em Lisboa, dia 27 de janeiro de 2025, em que ambos prestaram declarações sobre o atual momento de defesa internacional.

“O Governo português vai caminhar para reforçar o seu investimento em defesa sem colocar minimamente em causa o seu equilíbrio financeiro, contas públicas saudáveis, um país estável, um país seguro, um país atrativo para colocar a economia a crescer”, declarou o Primeiro-Ministro.

Luís Montenegro defendeu que se o país não conseguir ter *“o Estado social salvaguardado”,* não terá recursos humanos para promover as mudanças que irão colocar a economia a crescer. *“Se nós não conseguirmos colocar a economia a crescer não temos meios para investir na defesa, como noutras políticas públicas”,* referiu, dizendo confiar na experiência de Mark Rutte como antigo Primeiro-Ministro dos Países Baixos para compreender a necessidade deste equilíbrio.

De acordo com o chefe do Governo, Portugal está disponível para antecipar *“ainda mais”* o calendário que



prevê que o país atinja em 2029 um investimento de 2% do Produto Interno Bruto no setor da defesa.

“Quero dizer, em nome do Governo português, que estamos disponíveis para poder antecipar ainda mais o nosso calendário na trajetória de evolução do nosso investimento nesta área”, especificou o Primeiro-Ministro.

O Secretário-Geral da NATO encontrou-se na segunda-feira, em Lisboa, com o Primeiro-Ministro e com os

ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional. Logo pela manhã, Mark Rutte deslocou-se ao Palácio de Belém, onde foi recebido pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

A viagem de Mark Rutte faz parte dos contactos que o secretário-geral da Aliança Atlântica está a promover junto dos Estados-membros, nomeadamente para começar a preparação da cimeira da NATO, que este

ano se realiza em Haia, nos dias 24 e 25 de junho.

Portugal é um dos países fundadores da NATO, organização político-militar que foi criada em 4 de abril de 1949. Portugal comprometeu-se com a meta de atingir os 2% do PIB em defesa em 2029, mas o primeiro-ministro já admitiu que Portugal poderá ter de atualizar *“a breve prazo”* os seus objetivos de investimento em Defesa.



LÍDIA PEREIRA DESTACA NECESSIDADE DE AÇÃO CLIMÁTICA URGENTE

Durante o debate do Parlamento Europeu sobre o tema "Recorde de calor em 2024: necessidade de uma ação climática para combater o aquecimento global", a eurodeputada do PSD, Lídia Pereira, enfatizou a urgência de se enfrentar os impactos das alterações climáticas.

Referindo-se aos dados alarmantes de 2024, ano em que a temperatura média global ultrapassou os 1,5 C° em relação à era pré-industrial, Lídia Pereira sublinhou: "O limite estabelecido no Acordo de Paris foi ultrapassado. Um planeta mais quente hoje é um planeta com mais desastres amanhã."

A social-democrata, membro da Comissão de Ambiente e Presidente da delegação do Parlamento Euro-

peu à COP29, alertou para os riscos globais, mas também trouxe a discussão para um contexto nacional: "Em Portugal, mais de 14 mil edifícios estão em risco de galgamento, inundação ou erosão costeira, enquanto mais de 42 mil estão em áreas de elevado risco de incêndio. As alterações climáticas não são uma ideologia; são uma realidade incontestável."

Durante a sua intervenção, Lídia Pereira reforçou o papel da Europa

como líder global no combate às alterações climáticas, destacando o compromisso da União Europeia com a descarbonização e a aposta em tecnologias limpas como uma forma eficaz de reduzir emissões e promover competitividade.

A eurodeputada do PSD sublinhou ainda que, apesar das mudanças nas políticas climáticas de outras geografias, como os Estados Unidos, a Europa deve continuar a afir-

mar-se na liderança global climática: "Salvar o planeta não exige apenas fazer o que é necessário, exige fazer o que está certo."

Ao concluir, a eurodeputada apelou ao reforço das ações internacionais e ao compromisso global para evitar que fenómenos extremos, como os registados em 2024, se tornem cada vez mais frequentes e devastadores.

SÉRGIO HUMBERTO INICIA RONDA DE CONTACTOS SOBRE **RELATÓRIO PARA A REGULAÇÃO DA EMSA**

O deputado ao Parlamento Europeu do PSD, Sérgio Humberto, recebeu hoje, em Bruxelas, a embaixadora Paula Letuni, da Representação Permanente da República da Croácia na União Europeia.

A visita decorreu na sequência das negociações do Relatório para a regulação da Agência Europeia da Segurança Marítima (EMSA), que está em fase de negociações com o Conselho. O eurodeputado iniciou uma ronda de contactos para ouvir as opiniões de diversos Estados-Membros e organizações sobre o tema.

Sérgio Humberto, que é relator principal do ficheiro, defende uma Agência Europeia da Segurança

Marítima mais forte e transparente. *“Reitero o nosso empenho em garantir uma EMSA com mais competências e autonomia, disponível para auxiliar os Estados-Membros e capaz de assumir um papel ativo a nível mundial”,* garante o eurodeputado.

Também do lado croata, a embaixadora Paula Letuni e a conselheira para os transportes aéreos e marítimos da Representação Permanente da Croácia, Antonia Bebi, demonstraram apoiar e estar alinhadas

com a maioria das propostas do Parlamento Europeu. *“Somos uma delegação de dimensões não muito grandes, mas com bastante interesse na segurança marítima e neste setor”,* explicam.

O relatório está, atualmente, em fase de negociações com o Conselho e Comissão Europeia, cuja presidência rotativa foi recentemente assumida pela Polónia.



PAULO DO NASCIMENTO CABRAL COM RELATÓRIO APROVADO POR ESMAGADORA MAIORIA



O Eurodeputado Paulo do Nascimento Cabral manifestou-se *"cansado, mas muito satisfeito pela aprovação e voto de confiança dos colegas das Pescas"* do seu relatório sobre o Acordo de Parceria no Domínio da Pesca Sustentável entre a União Europeia e a República de Cabo Verde na Comissão das Pescas, *"com apenas 4 votos contra"*, na reunião que decorreu esta manhã, no Parlamento Europeu em Bruxelas.

A autorização para o acordo que foi agora aprovada oferece possibilidades de pesca de atum e espécies afins a 56 navios de Portugal, Espanha e França nas águas de Cabo Verde, nomeadamente 24 atuneiros cercadores, 22 palangreiros de superfície, 10 navios de pesca com canas, bem como navios de apoio. Terá a duração de 5 anos, num montante global de 3,9 milhões de euros, proporcionando aos navios da UE a possibilidade de pescar 7.000 toneladas de atum e espécies afins/ano nas águas de Cabo Verde. Em contrapartida, Cabo Verde receberá uma contribuição financeira

de 780 mil euros/ano, dos quais 350 mil euros são relativos à possibilidade de pesca e 430 mil euros são relativos ao apoio ao desenvolvimento da política setorial das pescas de Cabo Verde, *"o que mostra as preocupações da União Europeia em contribuir para a sustentabilidade do setor das pescas de Cabo Verde, pois há um valor superior de apoio ao setor do que pelo pagamento do que será autorizado pescar. Mostra bem o respeito que temos pelos nossos parceiros"*, adiantou o Eurodeputado.

Segundo Paulo do Nascimento Cabral, *"Cabo Verde, tem, sem dúvida, uma enorme importância estratégica*



enquanto interveniente relevante no oceano Atlântico, servindo também de porto à frota europeia". Recordo que, "a UE e Cabo Verde desenvolveram uma relação de cooperação que dura há mais de quatro décadas, baseada no respeito e no diálogo político. Atualmente, partilhamos valores comuns, como a democracia, o respeito pelos Direitos Humanos e pelo Estado de Direito, e a promoção do multilateralismo. Acresce ainda que Cabo Verde faz parte da Macaronésia, uma região biogeográfica que também inclui os Açores, a Madeira, e as Canárias, que como sabemos são Regiões Ultraperiféricas da UE. Desta-

co a importância deste acordo para a frota atuneira e de espécies afins da UE no oceano Atlântico, seguindo critérios rigorosos da UE no que concerne à gestão das pescas, à conservação dos recursos e à sustentabilidade ambiental, exploração responsável dos recursos haliêuticos, mantendo escrupulosamente o respeito pelos direitos humanos e contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico local".

A concluir as suas declarações, o Eurodeputado afirmou que "este é sem dúvida um acordo equilibrado, que alia a remuneração das possibilidades de pesca ao apoio ao desen-

volvimento do setor das pescas e medidas compensatórias de Cabo Verde, como por exemplo a promoção de condições de trabalho dignas no setor, o reforço das capacidades científicas e a observação e gestão do meio marinho e das áreas marinhas protegidas. Promove a gestão sustentável das pescas, o controlo das pescas e a luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN)."

O relatório segue agora para o Plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, sendo que a votação por parte dos 720 deputados está prevista para 11 de fevereiro.

BRAGA MANTÉM PREÇOS DE ÁGUA E SANEAMENTO EM 2025

A Agere, empresa de águas, efluentes e resíduos de Braga, vai manter as tarifas e preços dos referidos serviços para todos os utilizadores, domésticos e não-domésticos, ao longo do ano de 2025.

Em comunicado, a Câmara Municipal de Braga antecipa a proposta que será analisada na reunião de executivo municipal agendada para terça-feira, apontando que esta decisão “reflete o esforço contínuo da Agere em consolidar a estabilidade tarifária, mesmo diante das pressões inflacionárias dos últimos anos”.

“Embora o Índice de Preços no Consumidor tenha registado variações significativas – 7,8% em 2022 e 4,3% em 2023 – os bracarenses continuam a beneficiar de um ganho real nas suas faturas, reforçando a política de congelamento tarifário adotada pela empresa”, lê-se no comunicado.

De acordo com a autarquia, “ao longo dos últimos anos, o congelamento

tarifário tem sido complementado por medidas que promovem maior equidade no acesso aos serviços, como o alargamento da tarifa familiar da água, alterações na tarifa social e reduções específicas para Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSSs), Juntas de Freguesia e associações desportivas”.

Entre essas medidas, a autarquia destaca o alargamento da tarifa familiar da água para todos os agregados familiares com cinco ou mais pessoas, o que representará uma redução de 40% na parcela referente ao consumo de água.

A tarifa social “também foi ampliada, permitindo que mais bracarenses acedam a esse benefício” e “adicio-

nalmente, as IPSS usufruem de uma redução de 12,5%, as Juntas de Freguesia de 20%, e as associações desportivas têm, em média, uma redução de 7% no tarifário do serviço de água, após reformulação dos escalões”, continua.

“No entanto, as atualizações obrigatórias nas taxas impostas pelo Estado serão refletidas nas faturas mensais dos municípios. A Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), que em 2024 foi de 30 euros/tonelada, aumentará para 35 euros/tonelada em 2025. Também a Taxa de Recursos Hídricos (TRH), referente aos serviços de água e saneamento, sofrerá atualizações, sendo essas alterações discriminadas na área ‘Pagamentos ao Estado’ das

faturas”, conclui.

Na mesma nota à imprensa, a Câmara de Braga anuncia que votará o Contrato-Programa a celebrar entre Município de Braga e a Agere para 2025, no valor de 9.082.789,08 euros.

Este valor resulta do estimado no orçamento da Agere para o ano de 2025, correspondendo ao montante do subsídio à exploração, como contrapartida das obrigações assumidas por aquela empresa municipal no âmbito das atividades de recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos, e de higiene e limpeza urbana no Município de Braga, bem como a gestão do canil/gatil municipal.





CÂMARA DE ÁGUEDA APROVA VIDEOVIGILÂNCIA EM ALGUNS LOCAIS URBANOS

A Câmara de Águeda aprovou um protocolo a celebrar com a GNR para a instalação de um sistema de videovigilância urbana, em alguns locais da cidade.

"A Câmara Municipal de Águeda vai instalar um sistema de videovigilância urbana, em locais estratégicos da cidade, para prevenção e redução da criminalidade, numa colaboração estreita com a GNR, que ficará responsável pela operacionalização dos equipamentos", revelou a autarquia.

Ao longo de um ano foram estudados os locais considerados estratégicos para a instalação das câmaras de videovigilância, e feito o levantamento dos recursos necessários para a operacionalização do sistema.

"Pretende contribuir, objetiva e decisivamente, para o reforço das condições necessárias para a proteção de

peçoas e bens e para a prevenção de atos criminais e comportamentos desviantes", justifica a nota.

A autarquia conta que o sistema confira igualmente *"maior eficácia operacional por parte da GNR em caso de incidentes, constituindo um importante mecanismo complementar da atividade policial, nas dimensões preventiva e reativa, no termos definidos por lei"*.

"Estamos atentos aos fenómenos e movimentos que têm surgido e estamos certos de que este sistema será uma mais-valia para as forças de segurança e vai contribuir tanto para a prevenção como para a inibição de atos criminosos", disse Jorge Almei-

da, presidente da Câmara de Águeda.

Ao todo, vão ser instaladas cerca de meia centena de câmaras de alta definição, dotadas de capacidade de visão noturna e análise inteligente de imagem, que vão estar ligadas a uma central de monitorização operada pela GNR.

"O projeto segue, agora, para as autorizações formais e legais por parte do Ministério da Administração Interna e Comissão Nacional de Proteção de Dados, para que, posteriormente, seja lançado o concurso público para a implementação do sistema de videovigilância", adianta a autarquia.



SANTARÉM APRESENTA PLANO ESTRATÉGICO PARA MELHORAR A MOBILIDADE

A Câmara de Santarém apresentou o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da cidade, um documento “estratégico” e “essencial” que pretende tornar o espaço público mais amigo do ambiente, “moderno e apelativo”, disse o presidente da autarquia.

“Este documento vai melhorar a qualidade de vida da nossa população e daqueles que nos visitam. É uma revolução que queremos fazer no nosso espaço público”, referiu João Leite (PSD) na apresentação do plano, que será para concretizar em 10 anos.

A autarquia escalabitana pretende incentivar a população a andar mais a pé e utilizar mais os transportes públicos e, nesse sentido, prevê aumentar os passeios, melhorar os caminhos pedonais, desenvolver corredores ecológicos para peões e ciclistas e oferecer transportes públicos com maior frequência, alcance e, tendencialmente, gratuitos.

Outro dos objetivos do plano é *“qualificar a pedonalização”* do centro histórico de Santarém, proporcionando mais segurança aos peões, e tornar os percursos entre as escolas e outras zonas da cidade mais seguros e confortáveis.

Pretende também diminuir a pegada de carbono através da promoção de transportes não poluentes e garantir que todos os cidadãos tenham acesso a opções de mobilidade mais *“seguras e eficientes”*.

Segundo dados apresentados pelo município, entre 2001 e 2021 a utilização do automóvel particular, em Santarém, aumentou 14%. O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável

tem também como objetivo ligar a zona baixa de Cidade de Santarém ao planalto, através de *“soluções mecânicas amigas do ambiente”*, como escadas rolantes, elevadores e funicular. Para isso, foram definidas três novas ligações: a ligação de São Bento à Ribeira de Santarém, o Miradouro da Rafoa a São Domingos e o Jardim das Portas do Sol à Ribeira de Santarém.

O plano também pretende oferecer uma cidade onde as pessoas mais idosas possam viver e trabalhar durante mais tempo, deslocando-se de forma autónoma.

Na apresentação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, o Pre-

sidente da Câmara de Santarém disse que *“este documento reflete o trabalho feito ao longo dos últimos dois anos e resulta de muitas reuniões”*.

“É um documento estratégico e essencial para o nosso coletivo e para o futuro do nosso concelho”, frisou.

Segundo o autarca, o plano tem um conjunto de ações que visam criar uma *“mobilidade mais fácil e acessível”,* contribuindo para *“o desenvolvimento da cidade”*.

João Leite considerou ainda que, com este plano, o município fica com a capacidade de obter a aprovação de fundos comunitários para concretizar alguns dos projetos.

GNR REFORÇA MEIOS NO CONCELHO DE AZAMBUJA

A Comissão Política do PSD/Azambuja congratula-se com o recente reforço de meios do Posto Territorial da GNR de Azambuja e do Posto Territorial da GNR de Aveiras de Cima. Para já, este reforço foi de quatro militares na Azambuja e no Posto Territorial de Aveiras de Cima foi de dois militares.

Desde que passou a liderar o PSD/Azambuja, em maio de 2024, Margarida Lopes tem insistido que a GNR no concelho de Azambuja carece de um reforço de meios humanos e de equipamentos para combater o aumento de criminalidade no concelho de Azambuja (a criminalidade no ano de 2023 aumentou 11,36% no concelho de Azambuja, de acordo com o Relatório Anual de

Segurança Interna de 2023).

A este propósito, o PSD/Azambuja recorda as principais iniciativas que promoveu nos últimos meses neste domínio: no dia 26/08/2024, no âmbito do **“Roteiro para a Mudança”**, o PSD/Azambuja reuniu com o Comandante do Destacamento Territorial de Alenquer e com os Comandantes dos Postos de Azambuja e de Aveiras de Cima;

no dia 27/08/2024, o Grupo do PSD na Assembleia Municipal apresentou um requerimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a não construção do novo Quartel da GNR de Aveiras de Cima; no dia 12/09/2024, o Grupo do PSD na Assembleia Municipal apresentou um requerimento ao Presidente da Câmara Municipal sobre o não funcionamento do Conselho Municipal

de Segurança desde 16/10/2021; no dia 19/11/2024, em concertação com o PSD/Azambuja, o deputado António Rodrigues apresentou um requerimento ao Ministério da Administração Interna sobre a não construção do novo Quartel da GNR de Aveiras de Cima e a capacidade operacional das forças de segurança no concelho de Azambuja; no dia 20/01/2025, em concertação com a Comissão Política Distrital do PSD e o Grupo Parlamentar do PSD, o PSD/Azambuja e vários deputados do PSD reuniram com o responsável máximo do Comando Territorial de Lisboa da GNR, Tenente-Coronel Clara da Fonseca, com o Comandante do Destacamento Territorial de Alenquer e com o Comandante do Posto Territorial de Aveiras de Cima, nas instalações do atual Quartel de Aveiras de Cima.

A par destas iniciativas, a Presidente da Comissão Política do PSD/Azambuja, Margarida Lopes, desenvolveu vários contactos com responsáveis do Ministério da Administração Interna em torno da necessidade do aumento do dispositivo operacional da GNR no concelho de Azambuja e da construção das novas instalações para o Quartel da GNR de Aveiras de Cima.

Sobre o atual reforço de meios humanos, Margarida Lopes concluiu: *“Sempre disse que o aumento da insegurança tinha de ser combatido e que eu não me ia calar sobre esta situação! Não me calei e alguma coisa já melhorou. Mas é preciso mais. As pessoas do concelho de Azambuja merecem tranquilidade e segurança”*.



PROJETO ESPACIAL NOS AÇORES SÓ AVANÇOU POR AÇÃO DE JOSÉ MANUEL BOLIEIRO

Carlos Rodrigues, deputado do PSD/Açores, afirmou que o projeto espacial na ilha de Santa Maria só avançou graças à ação do Presidente do Governo Regional, José Manuel Bolieiro, que “abraçou de peito aberto” a iniciativa e liderou uma “mudança de paradigma” neste domínio.

“[O avanço do projeto espacial] só foi possível graças à mudança de paradigma protagonizada por José Manuel Bolieiro, que abraçou este projeto de peito aberto e acreditou sempre naquilo que nós lhe transmitimos, tendo sido preciso começar de novo”, afirmou o parlamentar social-democrata à comunicação social, no arranque das jornadas parlamentares do partido que decorreram na ilha de Santa Maria.

Carlos Rodrigues, que falava no final de uma visita à recém-inau-

gurada sede da Agência Espacial Portuguesa, em Vila do Porto, dia 27, reconhece que o projeto relativo ao Espaço “vem de longe, mas o paradigma teve de ser alterado e a prova está aí”, com resultados concretos já obtidos pela ação do Governo da Coligação PSD/CDS/PPM.

“Têm sido dados passos longos e certos no caminho do futuro. Santa Maria vai estar, cada vez mais, no centro das atenções. Avizinham-se bons projetos e novos lançamentos espaciais, específicos e concretizáveis”, assegurou.

Para o deputado do PSD/Açores, o desenvolvimento do cluster espacial em Santa Maria irá promover, nos próximos anos, a atração de jovens quadros à ilha.

“Certamente regressarão à ilha muitos jovens espalhados pelo país e até no estrangeiro, com grande formação técnica e académica, que podem acrescentar muito valor à ilha, que é isso que ela precisa”, acrescentou.

“[Santa Maria precisa de] gente jovem e bem formada, para que todos, em conjunto com a nossa experiência,

possamos a aproveitar tudo que for inovação e as oportunidades que forem surgindo”, venceu.

O social-democrata acrescentou que o programa das jornadas parlamentares foi elaborado “com visitas pormenorizadas e estrategicamente montadas, para que o Grupo Parlamentar do PSD/Açores tome conhecimento daquilo que se faz na ilha, o que se pretende fazer e defender junto do Governo Regional, estabelecendo prioridades”, indicou.





PROGRAMA APOIA ESTÁGIOS CURRICULARES EM OUTRAS ILHAS FORA DA RESIDÊNCIA

Luís Raposo, deputado do PSD/Açores, realçou o novo regulamento do MOOV-Programa de Mobilidade, Ocupação e Orientação Vocacional, que passa a garantir apoio a formandos que pretendam realizar estágio curricular em outra ilha da Região, fora da sua residência.

Para o parlamentar social-democrata, *“esta trata-se de uma melhoria, entre outras, que passam a estar consagradas neste programa, cujo regulamento foi publicado esta semana em Jornal Oficial, alargando os apoios a mais jovens, assim como o respetivo reforço financeiro”*.

Luís Raposo aponta a título de exemplo o subprograma *“MOOV Nemésio Pro”* que *“passa a incluir também os jovens estudantes que frequentam o 1.º e 2.º anos do respetivo curso, para além do 3.º ano”*.

Além disso, prevê um *“aumento da bolsa de 90% para 100% da Retribuição Mínima Mensal Garantida na Região (RMMG)”*, a que acresce um

apoio aos orientadores de estágio e *“até duas deslocações à ilha onde o estudante se encontra a realizar a formação em contexto de trabalho”*.

Em relação ao subprograma *“MOOV Visit Pro”*, dirigido aos jovens das Escolas Públicas e Instituições Particulares de Solidariedade Social para visitas de estudo a Escolas Profissionais numa outra ilha que não a sua, *“o apoio passa a abranger os jovens do Ensino Secundário e não apenas os estudantes do 9.º ano do Ensino Básico”*.

Por último, o subprograma *“MOOV 360”* - de apoio à realização de estágios socioprofissionais de curta duração -, numa outra ilha que não a de residência do estagiário, *“é atribuída*

uma bolsa no valor da RMMG na Região, majorada em 5%”, apontou.

Para além dos apoios específicos de cada subprograma, acrescentou Luís Raposo, *“o Governo da Coligação PSD/CDS/PPM assegura as despesas de ida e volta para aqueles que desenvolvam o estágio noutra ilha que não seja a sua de residência”*.

O deputado do PSD/Açores entende que *“este programa inovador criado em 2022, tem vindo a conhecer melhorias significativas com vista à dotação de competências dos jovens, proporcionando assim melhores oportunidades de trabalho em todo o arquipélago”*, concluiu.

GOVERNO DOS AÇORES AFASTA QUALQUER TAXA TURÍSTICA NA REGIÃO

A secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas do Governo açoriano, Berta Cabral, disse discordar da aplicação de “qualquer taxa turística” na região, apesar de cinco dos seis municípios de São Miguel aplicarem taxas municipais desde 1 de janeiro.



“Sou contra qualquer taxa turística. Somos um destino turístico recente, que está em consolidação, e todo o cuidado é pouco quando se pretende introduzir fatores de perturbação na nossa procura, e a taxa turística é, de facto, uma perturbação, quer queiramos, quer não”, afirmou a governante, ouvida hoje na comissão de Economia do parlamento açoriano, reunida em Ponta Delgada.

Berta Cabral referia-se a uma proposta do deputado único do PAN, Pedro Neves, que pretende criar uma taxa turística regional, no valor de três euros por dia, para cada turista que visite qualquer uma das nove ilhas do arquipélago, embora já esteja em vigor, desde o início deste ano, uma taxa turística municipal na maioria dos municípios da maior ilha dos Açores.

“Podemos vir a ter uma duplicação de taxas e essa duplicação pode chegar a 12 euros por pessoa”, advertiu a titular da pasta do Turismo do

Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM), acrescentando que essa situação “*não se justifica*”, nem é “*razoável*”, podendo mesmo afastar alguns turistas da região.

Também o Presidente da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores (CCIA), Mário Fortuna, discorda da aplicação de taxas discriminatórias e segregadoras.

“Cobrar impostos a grupos específicos, como os não residentes, é discriminatório e segregador, claramente. Estamos a dizer que há um impacto que é causado por uns, mas não é causado por outros”, advertiu, durante uma audição parlamentar.

A Assembleia Legislativa Regional já tinha aprovado, em 2022, a criação de uma taxa turística, para entrar em vigor no ano seguinte, mas a iniciativa acabou por ser revogada oito meses depois, pela maioria parlamentar, alegando a existência de uma possível “*inconstitucionalidade*” da medida.

Povo Livre

Número 643 • 28 DE JANEIRO DE 1987 • Preço 30\$00

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vitor Crespo

VETO DA LEI DA RÁDIO VEM DAR RAZÃO AO PSD

A Comissão Política Nacional reunida no passado dia 26 fez uma análise da situação política, com especial incidência nos factos que vieram a culminar com o veto do Senhor Presidente da República à Lei da Rádio.

O PSD, como é sabido, teve sempre uma postura de total oposição à Lei votada de forma deliberada e concertada pelo PCP, PS e PRD, considerando-a totalmente inaceitável, designadamente quando a Lei previa a retirada à RR e à RDP das frequências que lhe tinham sido atribuídas em 1985 pelo Governo anterior.

Assim, ficou evidenciado, mais uma vez, para além da óbvia liderança política dos comunistas, arrastando para as suas posições o PS e o PRD,

a manifesta falta de sentido de Estado por parte destes partidos da oposição que, neste caso assumiam ainda uma atitude intencional de afrontamento à Igreja Católica.

A posição tomada pelo Senhor Presidente da República, veio demonstrar a razão que assistia aos que, como o PSD, sempre defenderam que os compromissos legalmente assumidos devam ser respeitados e as expectativas e direitos legitimamente adquiridos não podem deixar de ser observados.

Finalmente, a CPN congratulou-se pela eleição do Deputado Rui Amaral para Vice-Presidente do Parlamento Europeu.

IMPORTANTES DECISÕES DO CONSELHO NACIONAL DOS TSD

Participar na vida dos Sindicatos é dever de todos os trabalhadores social-democratas, afirma-se em Manifesto aprovado pelo Conselho Nacional dos TSD (Trabalhadores Social-Democratas), que reuniu em Lisboa, no passado dia 17.

No decurso da reunião foi aprovado o orçamento da es-

trutura e feita a análise da situação político-sindical.

Os conselheiros aprovaram, ainda, uma moção na qual se recorda que os TSD são o espaço aberto de convergência de esforços de todos os trabalhadores social-democratas, filiados ou não no PSD, e declaram que é incompatível a filiação simultânea nos TSD e

noutras estruturas que visam dividir os social-democratas e enfraquecer a sua acção no interior dos Sindicatos.

No Manifesto aos Trabalhadores Portugueses, aprovado pelo Conselho, os TSD:

- Recordam que se assumem como fermento de modernidade no combate ao

atraso e ao conservadorismo retrógrado;

- Defendem uma UGT forte, reivindicativa e moderna, capaz de pressionar os governos a adoptar as medidas políticas a que os trabalhadores aspiram;

- Defendem a participação dos trabalhadores na vida das empresas, lembrando que a

co-gestão é a meta que perseguem;

- Exigem um combate eficaz ao desemprego;

- Entendem que os portugueses têm que viver melhor;

- Defendem horário de trabalho não superior a 40 horas semanais.

Para os TSD viver melhor não é apenas ver aumentar os salários mas, também, ver asseguradas entre outras: reformas condignas, cuidados de saúde, habitação e transportes.

Os TSD entendem, também, que é urgente criar riqueza nacional e levar o País para as vias do desenvolvimento.

Publicamos na página dois os documentos aprovados no Conselho Nacional.

O PSD na Jugoslávia

O PSD, através do seu representante António Maria Pereira, participou na delegação portuguesa à Jugoslávia, que se realizou em Belgrado, no passado dia 20.

A delegação portuguesa, liderada pelo Sr. António Maria Pereira, Vice-Ministro dos Assuntos Europeus, foi acompanhada pelo Sr. Luís Loureiro, Secretário da Delegação Portuguesa para a CEE, e pelo Sr. António Maria Pereira, Secretário da Delegação Portuguesa para a CEE.

Foram passadas em revista as relações bilaterais entre os dois países, a experiência portuguesa na CEE, e as grandes questões internacionais.

Quanto a estas, foi reconhecida a existência de posições convergentes em várias áreas, designadamente a da conveniência do aprofundamento do

grande abertura e simpatia, constatou-se que não existem quaisquer problemas no relacionamento bilateral.

Os responsáveis jugoslavos mostraram-se extremamente interessados nos resultados económicos conseguidos pelo Governo do Prof. Cavaco Silva, designadamente ao conseguir controlar a inflação, fazendo-a baixar em dois anos, de 30% para 11,5%, prevenindo-se a sua passagem a um número dígito a partir do próximo ano, o que foi acompanhado de um aumento do produto de 4%, taxa de crescimento esta que foi a mais elevada dos países da OCDE em 1986.

Foram passadas em revista as relações bilaterais entre os dois países, a experiência portuguesa na CEE, e as grandes questões internacionais.

Quanto a estas, foi reconhecida a existência de posições convergentes em várias áreas, designadamente a da conveniência do aprofundamento do



Dias Loureiro e António M. Pereira com Milovan Djilas, em casa do dissidente jugoslavo, em Belgrado

desanuiamento internacional e do diálogo Norte-Sul. A crise da África Austral foi também abordada manifestando-se ambas as partes de acordo quanto à condenação do «apartheid» sul-africano, à imposição de sanções económicas à África do Sul — em relação às quais foi explicado que Portugal acompanhou a posição da CEE — e ainda quanto à independência da Namíbia, nos termos da Resolução 435 das Nações Unidas.

Em todas as reuniões a Delegação portuguesa, abordou a questão dos Direitos Humanos na Jugoslávia, sublinhando a importância desta temática no desanuiamento internacional e transmitindo a experiência portuguesa de que ela está sempre presente nas decisões da CEE para com terceiros países. Foi, em particular, abordada a situação do dissidente Milovan Djilas, impedido de sair para o estrangeiro há vinte anos.

No que, no mínimo, pode ser considerada uma feliz coincidência, as autoridades jugoslavias restituíram o passaporte a Milovan Djilas durante a estada da missão social-democrata em Belgrado, gesto este que, pela sua repercussão internacional, os representantes do PSD consideraram uma importante contribuição da Jugoslávia para o desanuiamento.

Depois de previamente autorizados pelo Governo jugos-

lavo, Dias Loureiro e António Maria Pereira visitaram Milovan Djilas, com quem trocaram impressões sobre a problemática internacional em particular no campo dos Direitos Humanos.

Deslocação à RFA

Da Jugoslávia, Dias Loureiro seguiu para a Alemanha Federal onde, acompanhado do secretário-geral adjunto, Luís Geraldes, chefiou uma delegação do PSD que assistiu ao processo das eleições gerais. Os representantes do PSD mantiveram contactos com as direcções de campanha do FDP, CDU e SPD.

A chegada a Lisboa, Dias Loureiro salientou aos jornalistas que o ambiente das campanhas eleitorais em Portugal e na RFA, «Não assistimos — afirmou — à paixão, entusiasmo e alegria, que são, por exemplo, timbre das campanhas eleitorais do PSD».

EDIÇÃO N.º 643 do "Povo Livre" | de 28 de janeiro de 1987

"Veto da Lei da Rádio vem dar razão ao PSD".

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

BENAVENTE

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata convoca-se todos os militantes de Secção de Benavente, para reunir em secção ordinária, no **dia 7 de fevereiro de 2025 (sexta-feira), às 19H00**, na sala de reuniões do Pavilhão Gimnodesportivo de Santo Estêvão, sito na Rua das Pimentas em Santo Estêvão, Benavente, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Dar parecer sobre candidatura – Eleições Autárquicas 2025;
2. Análise da situação política.

CASTELO DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de secção do PSD de Castelo de Paiva, para uma reunião, a realizar no próximo **dia 17 de fevereiro de 2025 (segunda-feira), pelas 21H00**, na sede do da Junta de freguesia de Fornos, sita na Rua da Cêpa nº 339 Castelo de Paiva, com a seguinte ORDEM DE TRABALHO:

1. Apresentação de Plano de Atividades e Orçamento;
2. Autárquicas de 2025;
3. Outros assuntos

FERREIRA DO ZÊZERE

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção do PSD de Ferreira do Zêzere para reunir no próximo **dia 7 de fevereiro (sexta-feira), de 2025, pelas 21H00**, na Sede, sita na Rua Dr. ° Francisco Sá Carneiro, n.º 20 - 2240-353 Ferreira do Zêzere, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Autárquicas 2025;
2. Sob proposta da Comissão Política de Secção, emitir parecer sobre o candidato do PSD às Eleições Autárquicas de 2025, conforme disposto na alínea f) do artigo 53.º dos Estatutos do PPD/PSD;
3. Outros assuntos.

Nota: Se às 21H00, não estiverem presentes a maioria dos militantes da Secção, a Assembleia iniciar-se-á decorridos trinta minutos, com o número de militantes presentes.

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e demais regulamentos aplicáveis, serve a presente para convocar os militantes da Secção de Oeiras do PSD para uma Assembleia de Militantes, no próximo **dia 6 de fevereiro de 2025 (quinta-feira) pelas 20H30**, no Salão Nobre da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Progresso Barcarenense, sita na Travessa Maestro Alípio Seco, Barcarena, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações e análise da situação política;
2. Dar parecer sobre o perfil do candidato à Câmara Municipal, sob proposta da Comissão Política.

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais regulamentos aplicáveis, serve a presente para convocar os militantes da seção de Portimão do PSD para uma Assembleia de Militantes a ser realizada no próximo **dia 15 de fevereiro 2025 (Sábado) pelas 15H00 horas** na sede do PSD de Portimão, sita Rua do Colégio número 6 em Portimão, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária;
3. Outros assuntos.

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Vila Franca de Xira, para uma Assembleia de Secção a realizar no **dia 11 de fevereiro de 2025 (terça-feira), pelas 21H00** na Sede do PSD de Vila Franca de Xira, na Rua da Praia, n.º 63, Vila Franca de Xira, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Apresentação e aprovação do perfil dos Candidatos do PSD às Eleições Autárquicas de 2025 no Concelho de Vila Franca de Xira;
2. Análise da Situação Política.

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Gaia para reunir no **dia 17 de fevereiro de 2025 (segunda-feira), às 21H00**, na Sede Concelhia, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Dar Parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais, nos termos da alínea f) do nº 2 do Artigo 53.º dos Estatutos Nacionais do PSD, sob proposta da Comissão Política;
3. Análise da situação política.

VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convocam-se todos os militantes, para reunir em sessão ordinária da Assembleia de Secção de Vila Verde, no **dia 12 de fevereiro de 2025 (quarta-feira), às 21H00**, no auditório da sede da Freguesia de Moure, sita na Avenida Padre Mário nº 465, 4730-303 Moure, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Aprovação das Contas de 2024, de acordo com o artigo 53º, nº2, alínea d) dos Estatutos;
3. Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, sob proposta da Comissão Política, de acordo com o artigo 53.º, alínea f) dos Estatutos do PPD/PSD;
4. Análise da situação político-partidária.

NÚCLEOS

LISBOA NÚCLEO G

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia do Núcleo G da Secção de Lisboa do PSD para uma Assembleia de Militantes a realizar-se no **dia 6 de fevereiro de 2025 (quinta-feira), às 21H00**, no Salão Nobre do edifício sede da Junta de Freguesia do Lumiar, sita no nº 156 da Alameda das Linhas de Torres, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise da situação política dos territórios do Núcleo;
2. Discussão e votação da proposta de estratégia política a desenvolver apresentada pela Comissão Política do Núcleo;
3. Outros assuntos de interesse para o Núcleo G e para o PSD.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoco o Plenário concelhio da JSD de Alcochete para reunir no próximo **dia 8 de março de 2024, domingo, pelas 15h30 horas**, na sede do PSD de Alcochete, Rua do Paço 8, 2890-062, Alcochete, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Alcochete.
Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem o substitua legalmente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista. As urnas estarão abertas das 15h30 às 17h30.

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Eleitoral da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Chaves, a reunir no próximo **dia 01 de março de 2025 (sábado), pelas 11h00**, na Sede do PSD de Chaves, sita na Avenida Tenente Valadim 47E, Chaves, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD de Chaves.
Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, por via digital através do email: gustavo.guzzo@hotmail.com. As urnas estarão abertas entre as 11h00m e as 13h00m.

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD inscritos na Concelhia de Fafe para Plenário eleitoral, a decorrer no próximo dia 08 de Março de 2025 (Sábado), pelas 14h00, na sede da concelhia do PSD de Fafe, que sita na Avenida das Forças Armadas 15, 4820-350 Fafe, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Fafe.
Nota: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário, ou por e-mail jpedro5040@gmail.com, ou a quem estatutariamente o substitua até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 14h00 e as 16h00.

MIRANDA DO DOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD Concelhia de Miranda do Douro para reunir no próximo **dia 1 de março de 2025 (sábado), pelas 18h00**, na sede do PSD concelhio, sita na Rua da Trindade, Edifício dos Patrícios, R/C, Miranda do Douro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD de Miranda do Douro.
Notas: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD Concelhia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. Alternativamente, podem ser enviadas para jsd.miranda.douro@gmail.com, estando sujeitas aos mesmos prazos estatutários; As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00.

MOGADOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário de secção de Mogadouro para reunir no próximo **dia 01 de Março de 2025, (sábado), pelas 16h**, na sede de secção do PSD Mogadouro, sita na Av. do Sabor, nº 33, 5200-204 Mogadouro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Mogadouro.
Nota: As urnas estarão abertas das 16h00 às 18h00. As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Congresso da JSD Distrital de Bragança ou a quem estatutariamente a substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao acto eleitoral, através do seguinte email: distrital.braganca@jsd.pt

ÓBIDOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se plenário concelhio da JSD/Óbidos, para reunir no **dia 01 de março de 2025, (sábado) pelas 10h30**, na Rua da Porta da Vila, nº16/18, 2510-089, Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD/Óbidos.
Nota: As listas candidatas deverão ser entregues à presidente da mesa do plenário ou por via digital para o e-mail n10januario@gmail.com ou a quem o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas das 10h20 às 12h30.

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Paços de Ferreira para reunir **dia 6 de Março de 2025 (quinta-feira), pelas 21h**, na sede do PSD de Paços de Ferreira sita na Avenida dos Bombeiros Voluntários, Nº 221, 4590-580, Paços de Ferreira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD Paços de Ferreira.
Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 21h00 e as 23h00. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente a substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, ou por e-mail: brunocoelhotorres@gmail.com

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoco o Plenário concelhio da JSD de Palmela para reunir no próximo **dia 01 de março de 2025, sábado, pelas 15h00**, na sede do PSD Distrital de Setúbal, Rua de Santa Maria, 18 loja, Setúbal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Palmela.
Nota: As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa, ou a quem o substitua legalmente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista. As urnas estarão abertas das 15h00 às 17h00.

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se plenário concelhio da JSD/Pombal, para reunir no **dia 01 de março de 2025, (sábado) pelas 17h00**, na Sede do PSD sita na rua Dr. Luís Torres, 2º andar, nº 4, 3100-464, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD/Pombal.
Nota: As listas candidatas deverão ser entregues à presidente da mesa do plenário ou por via digital para o e-mail nicollelourenco1993@gmail.com ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00.

PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Militantes (Plenário Concelhio) da concelhia de Porto de Mós, para reunir no próximo **dia 01 de março de 2025 (sábado), pelas 14h30**, na sua sede no Largo do Rossio, 35 em Porto de Mós, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia de Porto de Mós.
Nota: As listas candidatas, quando entregues em formato papel, deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral respetiva ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do órgão respetivo, ou, na falta deste, no local referido na convocatória publicada, até às 23.59 horas do sétimo dia anterior ao começo dos trabalhos, respeitando o período mínimo fixado no disposto do artigo 10.º do presente Regulamento.

No ato de apresentação de lista o duplicado deverá ser assinado pelo aceitante e devolvido ao proponente, com despacho que mencione data e hora de receção, bem como as possíveis irregularidades que, na altura, sejam passíveis de ser detetadas. A urna estará aberta das 14h30 às 16h30.

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis convocam-se os militantes da concelhia da Póvoa de Varzim para reunir no **dia 1 de março de 2025 (sábado) pelas 14h00** na sede do PSD/ JSD Póvoa de Varzim sita na Praça do Almada, n.º7 escritório 1, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleições da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Póvoa de Varzim.
Nota: As urnas estarão abertas entre as 14h e as 16h. As listas deverão ser entregues, via e-mail para aritamcoelho@gmail.com à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da Póvoa de Varzim ou a quem estatutariamente a possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Torres Vedras para reunir dia 8 de março (Sábado), pelas 16h, na Sede da JSD de Torres Vedras, sita na Rua 1º de Dezembro, número 43B, 2560-300 Torres Vedras, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD de Torres Vedras.
Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 16h00 e as 18h00. As listas candidatas devem ser entregues ao presidente da Mesa da JSD de Torres Vedras, via e-mail, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, para o seguinte endereço: jsd.torresvedras@gmail.com

VALE DE CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Militantes da JSD de Vale de Cambra para reunir no **dia 28 de Fevereiro de 2025 (sexta-feira), pelas 21h00**, na sede da JSD de Vale de Cambra, sita na Avenida Camilo Tavares de Matos, N.º 352 - 1.º Dto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD de Vale de Cambra.

Nota: As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o substitua, na sede concelhia, entre as 22h00 e as 24h00 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. As listas poderão ser enviadas por correio eletrónico para o seguinte endereço: anaritafernandesmartins1996@gmail.com

VALPAÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Valpaços, para reunir no **dia 15 de março de 2025 (sábado), pelas 10h30**, na sede do PSD Valpaços, sita na Avenida 25 de Abril, 22 - 1.º Dto, 5430-420, Valpaços, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD de Valpaços.

Nota: As urnas estarão abertas das 10h30 às 12h30. As listas candidatas deverão ser entregues pelo correio eletrónico juventudesdvalpacos@gmail.com à Presidente da Mesa do Plenário de Valpaços, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

VILA FLOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário de secção de Vila Flor para reunir no próximo **dia 01 de Março de 2025, (sábado), pelas 10h00**, na sede de secção do PSD Vila Flor, sita no Largo da Fonte Romana, n14, Vila Flor com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Vila Flor.

Nota: As urnas estarão abertas das 10h00 às 12h00. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso da JSD Distrital de Bragança ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao acto eleitoral, através do seguinte e-mail: distrital.braganca@jsd.pt

VILA NOVA DE FOZ CÔA

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Vila Nova de Foz Côa, para o plenário a realizar no próximo **dia 15 de março de 2025 (sábado) pelas 17h30**, na Sede do PSD de Foz Côa, sita na Praça da República, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da Guarda.

Notas: O ato eleitoral decorrerá entre as 17h30 e as 19h30. As listas devem ser entregues ao presidente de mesa do plenário, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23:59h do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, na morada supra citada, ou por e-mail para jsdvnfc@gmail.com

CONVOCATÓRIAS NORMAIS

CONSELHO DISTRITAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Braga para reunir no próximo **dia 7 de fevereiro de 2025, pelas 21h30**, na sede do PSD de Esposende sito na Praça D. Frei Bartolomeu dos Mártires, Loja 7, Esposende, Portugal 4740-222 Esposende, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação do local, data, horário e regulamento do Congresso Distrital da JSD Braga;
2. Outros Assuntos.